

```
window.addEventListener('domready', function() { var myAccordion225 = new  
Accordion(document.getElements('#accordion_sp1_id225 .toggler'),  
document.getElements('#accordion_sp1_id225 .sp-accordion-inner'), { opacity: false,  
display:-1, alwaysHide: true, onActive: function(toggler){ toggler.addClass('active'); },  
onBackground: function(toggler){ toggler.removeClass('active'); } })); 1.  
Constituições
```

[Constituição Federativa do Brasil](#) [Constituição do Estado do Piauí](#)

2. Pessoal, assistência e previdência social

[e-Social](#)

Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das Fundações públicas estaduais.

[Lei complementar nº 84, de 07 de maio de 2007](#)

Altera dispositivos da LC nº 13/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das Fundações públicas estaduais.

[Lei nº 6.455, de 19 de dezembro de 2013](#)

Altera dispositivos da LC nº 13/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das Fundações públicas estaduais.

[Lei nº 6.371, de 02 de julho de 2013](#)

Altera dispositivos da LC nº 13/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das Fundações públicas estaduais.

[Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012](#)

Altera dispositivos da LC nº 13/1994, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí, das autarquias e das Fundações públicas estaduais.

[Lei nº 5.309, de 17 de julho de 2003](#)

Dispõe sobre a contratação por tempo determinado no serviço para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

[Lei nº 6.110, de 19 de setembro de 2011](#)

Altera a Lei nº 5.309/2003, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado.

[Lei nº 6.296, de 07 de janeiro de 2013](#)

Altera a Lei nº 5.309/2003, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado.

[Decreto nº 15.605, de 02 de abril de 2014](#)

Dispõe sobre o estágio probatório.

[Decreto nº 15.558, de 12 de março de 2014](#)

Regulamenta a readaptação.

[Decreto nº 15.557, de 12 de março de 2014](#)

Regulamenta a concessão de horário especial.

[Decreto nº 15.556, de 12 de março de 2014](#)

Regulamenta o pagamento de gratificação natalina.

[Decreto nº 15.555, de 12 de março de 2014](#)

Regulamenta a concessão de férias.

[Decreto nº 15.554, de 12 de março de 2014](#)

Regulamenta a reversão.

[Decreto nº 15.551, de 12 de março de 2014](#)

Regulamenta a recondução.

[Decreto nº 15.547, de 12 de março de 2014](#)

Regulamenta a contratação temporária.

[Decreto nº 15.431, de 11 de novembro de 2013](#)

Altera o Decreto nº 14.483/2011, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Estadual.

[Decreto nº 15.468, de 03 de dezembro de 2013](#)

Altera o Decreto nº 15.431/2013, que alterou o Decreto nº 14.483/2011, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Estadual.

[Decreto nº 15.298, de 12 de agosto de 2013](#)

Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde.

[Decreto nº 15.299, de 12 de agosto de 2013](#)

Regulamenta a concessão de licença para capacitação.

[Decreto nº 15.259, de 11 de julho de 2013](#)

Estabelece regras gerais para a realização de concursos públicos no âmbito do Estado do

Piauí.

[Decreto nº 15.252, de 02 de julho de 2013](#)

Dispõe sobre o instituto da redistribuição de cargos efetivos dos quadros de pessoal dos órgãos da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Piauí.

[Decreto nº 15.251, de 02 de julho de 2013](#)

Regulamenta a concessão de licença para tratar de interesses particulares.

[Decreto nº 15.250, de 02 de julho de 2013](#)

Regulamenta a concessão de licença à gestante.

[Decreto nº 15.249, de 02 de julho de 2013](#)

Regulamenta a concessão de licença por motivo de afastamento de cônjuge ou companheiro.

[Decreto nº 15.248, de 02 de julho de 2013](#)

Regulamenta a concessão de licença para atividade política.

[Decreto nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013](#)

Estabelece procedimentos para o acompanhamento de contratos.

[Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013](#)

Regulamenta a cessão e disposição de servidores públicos e militares do Estado.

[Decreto nº 15.070, de 04 de fevereiro de 2013](#)

Autoriza os Secretários de Estado a delegar atribuições a seus subordinados.

[Decreto nº 13.840, de 21 de setembro de 2009](#)

Dispõe sobre estágios no âmbito da Administração Pública do Estado do Piauí.

[Decreto nº 15.133, de 25 de março de 2013](#)

Altera o Decreto 13.840/2009, que dispõe sobre estágios no âmbito da Administração Pública do Estado do Piauí.

[Decreto nº 14.911, de 03 de agosto de 2012](#)

Dispõe sobre a concessão de auxílio-transporte a servidores públicos estaduais e a estagiários.

[Decreto nº 15.011, de 05 de dezembro de 2012](#)

Altera o decreto 14.911/2012, que dispõe sobre a concessão de auxílio-transporte a servidores públicos estaduais e a estagiários.

[Decreto nº 15.006, de 05 de dezembro de 2012](#)

Regulamenta o pagamento da gratificação de plantão extra e fixa o seu valor.

Decreto nº 14.910, de 03 de agosto de 2012

Dispõe sobre a concessão de diárias a militares, servidores públicos e empregados públicos do Poder Executivo estadual.

Decreto nº 14.964, de 25 de outubro de 2012

Altera o Decreto 14.910/2012, que dispõe sobre a concessão de diárias a militares, servidores públicos e empregados públicos do Poder Executivo estadual.

Decreto nº 14.892, de 11 de julho de 2012

Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transportes aos servidores civis do Estado.

Decreto nº 14.717, de 21 de dezembro de 2011

Fixa o valor do auxílio-alimentação para os agentes penitenciários do Estado.

Decreto nº 14.718, de 21 de dezembro de 2011

Fixa o valor do auxílio-alimentação para os policiais civis do Estado.

Decreto nº 14.719, de 21 de dezembro de 2011

Fixa o valor do auxílio-alimentação para os militares do Estado.

Decreto 14.482, de 26 de maio de 2011

Regulamenta a concessão da gratificação pela prestação de serviço extraordinário e do adicional noturno.

Lei Complementar nº 57, de 07 de novembro de 2005

Dispõe sobre o plano de cargos e carreira da Auditoria Governamental da Controladoria-Geral do Estado do Piauí e da outras providencias.

Lei Complementar nº 178, de 31 de outubro de 2011

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 57, de 7 de novembro de 2005, e dá outras providências.

Lei nº 6.462, de 19 de dezembro de 2013

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 57, de 7 de novembro de 2005, e dá outras providências.

Lei complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994

3. Orçamento, contabilidade e finanças públicas

Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e

balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

[Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#)

Dispõe sobre as Sociedades por Ações.

[Lei federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007](#)

Altera e revoga dispositivos da Lei federal nº 6.404/76.

[Plano Plurianual - PPA](#)

Plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do gestor do poder executivo eleito, para execução nos quatro anos seguintes.

[Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO](#)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade precípua de orientar a elaboração e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais.

[Lei Orçamentária Anual - LOA](#)

A Lei Orçamentária Anual discrimina os recursos orçamentários e financeiros para o atingimento das metas e prioridades estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

[Decreto nº 15.494, de 26 de dezembro de 2013](#) Fixa o valor da Unidade Fiscal de Referência do Estado do Piauí - UFR-PI, para o exercício de 2014.

[Decreto nº 14.637, de 22 de novembro de 2011](#)

Institui a Comissão de Gestão Financeira e Gestão por Resultados - CGFR.

[Decreto nº 13.259, de 09 de setembro de 2008](#)

Dispõe sobre as atribuições e os procedimentos de registros de Conformidade Diária e Contábil no SIAFEM-PI.

[Decreto nº 12.528, de 08 de março de 2007](#)

Define sobre a sistemática de transferência financeira para as despesas de custeio e investimentos.

[Decreto nº 12.122, de 07 de março 2006](#)

Estabelece normas para a aplicação da verba de custeio mensal dos órgãos/entes da Administração Estadual.

[Decreto nº 11.758, de 09 de junho de 2005](#)

Estabelece normas para concessão, aplicação e prestação de contas de Suprimento de Fundos, no âmbito do Poder Executivo Estadual.

[Decreto nº 10.697, de 21 de novembro de 2001](#)

Dispõe sobre a centralização da receita estadual.

[Decreto nº 13.557, de 27 de fevereiro de 2009](#)

Revoga o art. 2º do Decreto 10.697/2001.

[Portaria conjunta SEFAZ/CGE 001/2008](#)

Disciplina a conformidade diária e contábil no SIAFEM.

4. Licitações e contratos administrativos

[Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#)

Institui normas de licitações e contratos na Administração Pública. **[Lei nº 6.480, de 03 de fevereiro de 2014](#)**

Dispõe sobre exigência de reserva de até 5% de mão de obra feminina em construção de obras públicas.

[Lei nº 6.301, de 07 de janeiro de 2013](#)

Define o pregão como modalidade licitatória preferencial para aquisição de bens e serviços comuns. **[Lei federal nº 12.846, de 01 de agosto de 2013](#)**

Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração pública. **[Lei federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010](#)**

Dispõe sobre normas gerais para licitação e contratação de serviços de publicidade. **[Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#)**

Institui a modalidade de licitação denominada pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns. **[Decreto nº 15.093, de 21 de fevereiro de 2013](#)**

Estabelece procedimentos para o acompanhamento dos contratos firmados por órgãos e entidades estaduais. **[Decreto federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013](#)**

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços. **[Decreto federal nº 8.250, de 23 de maio de 2014](#)**

Altera o Decreto 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços. **[Decreto nº 14.483, de 26 de maio de 2011](#)**

Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Estadual. **[Decreto nº 14.846, de 04 de junho de 2012](#)**

Altera o Decreto 14.483/2011, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Estadual. **[Decreto nº 15.431, de 11 de novembro de 2013](#)**

Altera o Decreto 14.483/2011, que dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Estadual. **[Decreto nº 14.631, de 08 de novembro de 2011](#)**

Disciplina o processo de aquisição e locação de bens de informática pela Administração Pública Estadual. **[Decreto nº 14.349, de 14 de dezembro de 2010](#)**

Delega poderes ao secretário de administração para rever, reavaliar e rescindir contratos. **[Decreto nº 11.346, de 30 de março de 2004](#)**

Regulamenta a modalidade de licitação denominada pregão no âmbito do estado do Piauí.

[Decreto nº 11.320, de 13 de fevereiro de 2004](#)

Institui o cadastro único de fornecedores de materiais, bens e serviços da administração direta e indireta - CADUF.

[Decreto nº 11.319, de 13 de fevereiro de 2004](#)

Regulamenta o Sistema de Registro de Preços – SRP.

[Decreto nº 11.318, de 13 de fevereiro de 2004](#)

Dispõe sobre o controle e otimização dos procedimentos licitatórios no Estado do Piauí.

[Decreto nº 11.317, de 13 de fevereiro de 2004](#)

Institui a Central de Licitações do Estado do Piauí – CEL.

5. Convênios e prestação de contas

[Decreto nº 15.273, de 18 de julho de 2013](#)

Dispõe sobre procedimentos na execução orçamentária e financeira de convênios.

[Decreto federal nº 7.641, de 12 de dezembro de 2011](#)

Estabelece prazos para OBTV.

[Decreto nº 13.860, de 22 de setembro de 2009](#)

Implanta o Sistema de Gestão de Convênios – SISCON.

[Decreto federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007](#)

Dispõe sobre normas de convênios e contratos de repasse.

[Decreto federal nº 5.504, de 05 de agosto de 2005](#)

Estabelece a exigência de pregão nas aquisições e contratações decorrentes de convênios.

[Decreto nº 12.440, de 01 de dezembro de 2006](#)

Disciplina a celebração de convênios no âmbito da administração estadual.

[Instrução Normativa 06/2012](#)

Estabelece critérios de utilização da OBTV no SICONV.

[Instrução Normativa Conjunta SEPLAN/SEFAZ 01/2009](#)

Estabelece diretrizes, normas e procedimentos para celebração de convênios.

[Instrução Normativa STN 01/2005](#)

Disciplina o cumprimento das exigências para transferências voluntárias previstas na LC 101/2000.

[Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU 507/2011](#)

Estabelece normas para execução do disposto no Decreto 6.170/2007.

[Portaria Conjunta SEPLAN/SEFAZ/CGE 001/2009](#)

Disciplina a forma de devolução e restituição de recursos.

6. Legislação tributária

[Lei complementar federal nº 116, de 31 de julho de 2003](#)

Dispõe sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.

[Lei complementar](#)

[municipal nº 3.606, de 29 de dezembro de 2006](#)

Dispõe sobre o sistema tributário municipal e institui o novo Código Tributário do Município de Teresina.

[Decreto municipal nº 7.232, de 15 de maio de 2007](#)

Regulamenta o Sistema Tributário Municipal.

[Decreto nº 11.731, de 19 de maio de 2005](#)

Dispõe sobre a exigência de quitação do ISS para liberação de recursos financeiros por parte de órgãos e entidades da Administração Estadual.

7. Outros

[Lei nº 6.020, de 15 de setembro de 2010](#)

Institui o Portal da Transparência do Estado do Piauí.

[Lei nº 5.861, de 01 de julho de 2009](#)

Dispõe sobre a elaboração, a redação e a alteração das leis no Estado do Piauí.

[Lei complementar nº 028, de 09 de junho de 2003](#)

Lei orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí.

[Lei complementar nº 162, de 30 de setembro de 2010](#)

Altera a LC 028/2003, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí.

[Lei nº 6.371, de 02 de julho de 2013](#)

Altera a LC 028/2003, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí.

[Lei nº 6.393, de 30 de julho de 2013](#)

Altera a LC 028/2003, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí.

[Lei nº 6.673, de 18 de junho de 2015](#)

Altera a LC 028/2003, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Administração Pública do Estado do Piauí.

[Decreto nº17.526/2017, de 04 de Dezembro de 2017](#)

Reestrutura o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, revoga o Decreto 11.434, de 14 de julho de 2004, e dá outras providências.

[Decreto nº 14.493, de 31 de maio de 2011](#)

Regulamenta a lei 6.020/2010 que instituiu o Portal da Transparência no Estado do Piauí.

[Decreto nº 14.386, de 18 de janeiro de 2011](#)

Disciplina a aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo.

ÂÂÂÂ [Decreto nº 15.634, de 16 de maio de 2014](#)

Altera o Decreto 14.386/2011, que disciplina a aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo.

ÂÂÂÂ [Decreto nº 15.623, de 28 de abril de 2014](#)

Dispõe sobre as condutas vedadas aos agentes públicos do Estado do Piauí no período eleitoral de 2014.

ÂÂÂÂ [Decreto nº 14.580, de 12 de setembro de 2011](#)

Regulamenta a operacionalização do cadastro estadual de empresas inidôneas e suspensas – CEIS.

ÂÂÂÂ [Decreto nº 14.891, de 11 de julho de 2012](#)

Dispõe sobre a aquisição de passagens aéreas e sobre sua concessão a servidores públicos do Estado.

ÂÂÂÂ [Decreto nº 15.470, de 04 de dezembro de 2013](#)

Altera o Decreto 14.891/2012, que dispõe sobre a aquisição de passagens aéreas e sobre sua concessão a servidores públicos do Estado.

ÂÂÂÂ [Decreto nº 11.434, de 14 de julho de 2004](#)

Institui os Núcleos Setoriais de Controle de Gestão no âmbito da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual.

ÂÂÂÂ [Lei Complementar nº 42, de 02 de agosto de 2004](#)

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003 e dá outras providências.

ÂÂÂÂ [Decreto nº 12.745, de 27 de agosto de 2007](#)

Regulamenta o inciso XX, do art. 16 da Lei Complementar 28, de 09 de Junho de 2003, com as alterações feitas pela Lei Complementar 42, de 02 de Agosto de 2004 e pela Lei Complementar 83, de 12 de Abril de 2007, e dá outras providências. ÂÂÂÂ [LEI Nº 13.303,](#)

[DEÂÂÂÂ 30 DE JUNHO DE 2016](#)

[ÂÂÂÂ \(Lei de Responsabilidade das Estatais – LRE\)](#)

Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ÂÂÂ

Â
ÂÂÂÂ

[Clique aqui](#)

para acessar o material do treinamento sobre a Lei de Responsabilidade das Estatis - LRE